

**ACTA N.º 25**

**----- ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL,  
REALIZADA NO DIA TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ: -----**

----- Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Odemira, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, tendo comparecido para o efeito, os Senhores: José Alberto Candeias Guerreiro, Cláudio José dos Santos Percheiro, Hélder António Guerreiro, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Sónia Isabel Nobre Correia, António Manuel Assude Ferreira, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, o primeiro Presidente e, os restantes, Vereadores desta Câmara Municipal, tendo assistido à reunião a Técnica Superior, Elisabete Maria de Oliveira Inácio Cardoso Pereira. -----

**----- 1. - ORDEM DO DIA -----**

**----- 1.1. - ORGÃOS DA AUTARQUIA -----**

**----- 1.1.1. - GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA -----**

**----- 1 - ASSUNTO N.º 0766-2010 - CIMAL - MAPA DE PESSOAL 2011 E IMPUTAÇÃO DAS RESPECTIVAS DESPESAS.-----**

----- Foi presente o ofício nº 2246, datado de 26/11/2010, da CIMAL – Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral, a remeter fotocópia do Mapa de Pessoal da referida Comunidade para o ano de 2011, aprovado em Assembleia Intermunicipal, e bem assim a informar que as correspondentes despesas com o pessoal das Comunidades Intermunicipais serão imputadas de forma igual aos municípios associados e carece de aprovação das Assembleias Municipais de acordo com o nº 2 do artigo nº 22º, da Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto. -----

----- Propõe-se a tomada do devido conhecimento, bem como posterior envio do assunto em referência à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei nº

45/2008 de 27 de Agosto. -----

----- A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento, tendo ainda deliberado, por unanimidade, o envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- **1.2. - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

----- **1.2.1. - DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- 1 - **ASSUNTO N.º 0768-2010 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2011.** -----

----- Foi presente a informação n.º 92/2010, datada de 07 de Dezembro de 2010, a remeter o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, elaborado de harmonia com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que importa, tanto na receita como na despesa, no total de 39.915.000 euros (TRINTA E NOVE MILHÕES E NOVECENTOS E QUINZE MIL EUROS), que vai ficar arquivado no maço de documentos, respeitante à presente acta. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como a remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar com os votos favoráveis dos eleitos pelo Partido Socialista e com os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Foi apresentada uma Declaração de Voto, pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, que seguidamente se transcreve: -----

----- **“DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- Os documentos referentes às Grandes Opções do Plano para o ano 2011 evidenciam mais uma vez a falta de uma estratégia e de opções que implementem e dinamizem acções relevantes de promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, que combatam a desertificação humana e o desemprego, que aproximem e envolvam os cidadãos e a

Administração Pública. Estamos a viver uma verdadeira crise cujos efeitos são bem reais e que, pela sua dimensão, exige que os dinheiros públicos sejam utilizados de forma coerente, responsável e eficaz; ao invés, é-nos apresentado um conjunto de projectos correspondentes a meras intenções, desde há anos constantes das Grandes Opções do Plano, tendo muitos deles já servido de base para a contratação de empréstimos, cuja execução é, mais uma vez, adiada. ----

----- Reafirmamos que, quando a Autarquia deixar de ter acesso aos Fundos Comunitários e a possibilidade de fazer novos empréstimos, poucas alternativas restarão a não ser taxar ainda mais fortemente os cidadãos para manter a máquina burocrática. Verificamos que alguns passos já vão sendo dados nesse sentido, pois nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 propõe-se cobrar aos cidadãos mais TAXAS, TARIFAS, IMI, DERRAMA, IRS, de que se destacam, pelo aumento brutal previsto na cobrança de tarifas, as relativas à cobrança da água, à recolha dos esgotos e do lixo. -----

----- Por outro lado, verificamos que a capacidade máxima legal de endividamento da Autarquia, face aos empréstimos contraídos desde o ano de 1998 até hoje, está a chegar ao fim e o tempo de vacas gordas e de gastos sem pensar no futuro está a findar. Registamos que o modelo de endividamento do Município é bem parecido com o modelo do endividamento do Governo - os cidadãos que paguem a crise. O resultado destas opções está bem à vista e vão ser os executivos futuros que terão de suportar os custos desse modelo de gestão do dinheiro público, tornando-se meros espectadores, tal como se verificou já em 2010 quando pouco se fez a não ser apenas a gestão do pagamento de milhões de euros de dívidas. -----

----- Acreditamos, pelo que temos vindo a apreciar ao longo dos últimos anos, que as receitas próprias do Município e as transferências provenientes do Orçamento de Estado, a breve prazo, permitirão apenas garantir os custos inerentes ao pessoal e outros gastos correntes. Aquilo a que nos referimos já teve o seu início e um grande número de projectos inscritos nos Planos Plurianuais de Investimentos, como tem sido demonstrado nas Contas de Gerência dos

anos findos, são meras ilusões que se pretendem incutir nos cidadãos, e não passam do papel.

A conta de Gerência do ano 2010 nos irá dar razão e a do ano 2011 será um verdadeiro assombro. -----

----- Mas, para além dos investimentos que pensamos que continuarão a não se poder realizar, já acontecem hoje situações preocupantes e que são do conhecimento público, tais como: -- -----

----- - a falta constante de verbas disponíveis até para a compra de uma simples peça necessária e urgente para urna máquina ou viatura; -----

----- - a exigência aos trabalhadores para fazerem horas extraordinárias, sem que lhes sejam pagas integralmente todas as horas efectuadas; -----

----- - a saída de dezenas de trabalhadores que findaram o seu contrato, ou talvez mais de urna centena, quando há lugares por preencher no quadro do Município; -----

----- - a pouca eficácia na resposta atempada aos cidadãos que é cada vez mais notória, associada à burocratização dos serviços; -----

----- - a crescente degradação a que está a chegar o equipamento e viaturas imprescindíveis na qualidade ambiental tão necessária à população; -----

----- - a falta de limpeza periódica dos contentores de lixo, que há anos deixaram de ser lavados e desinfectados; -----

----- - a degradação do Património Municipal edificado, algum já em ruínas, quando os eleitos do Partido Socialista aplicam taxas agravadas aos particulares que possuem edifícios no mesmo estado dos do Município; -----

----- - é notório o abandono e desaproveitamento dos recursos existentes e de determinados serviços que a Autarquia executava, os quais passaram a ser entregues e executados por privados, obrigando os cidadãos a pagar esses custos taxando assim mais e mais as facturas e licenças de que necessitam; -----

----- É lamentável, injusta e ridícula a verba inscrita no valor de vinte mil euros para apoio às famílias carenciadas e desprotegidas, resultante das alterações introduzidas nos diversos Regulamentos, aprovados pelos eleitos do PS com os votos contra dos eleitos da CDU, em cuja base de incidência para qualquer tipo de benefício é considerado somente o rendimento “per capita” de trezentos euros. -----

----- Transmitir-se aos cidadãos, através de folheto, que o Município apoia as famílias economicamente desfavorecidas, assim como as famílias numerosas, garantindo dessa forma condições de acesso universal a esses serviços, é uma pura inverdade, e não passa de mais uma redundância da prática anti-social dos últimos governos ditos socialistas, pois, tendo em conta o rendimento “per capita” de trezentos euros, perguntamos a que famílias se quer referir o Senhor Presidente da Câmara?-----

----- O que todos sabemos é que as medidas tomadas pelo Governo Socialista no famigerado PEC III irão agravar ainda mais as situações sociais nos próximos anos. -----

----- Uma gestão sem ter em conta o Serviço Público, o respeito e cumprimento que o mesmo exige, as dificuldades que muitas famílias hoje enfrentam e as previstas para o próximo ano e seguintes, irá reflectir-se num agravamento das condições de trabalho, permitindo acções de autoritarismo, de compadrio em que vingará a famigerada frase do “vale tudo e salve-se quem puder”. -----

----- Pelo que referimos (e pelo muito que fica por referir), consideramos que as Grandes Opções do Plano são meras ilusões, não existe qualquer estratégia, tal como o governo central faz “aumentam-se os impostos e as contribuições de toda a natureza possível e descaradamente afina-se nos órgãos de comunicação que há mais justiça”, o caminho com um novo rumo que dizem estar a trilhar não se vê, as propostas que dizem serem realistas, a nosso ver, são um “pacote” cheio de interrogações e retratam que de facto não existem novas ideias.-----

----- O Município está a ser gerido ao sabor do dinheiro que parece ainda estar disponível,

mas a realidade é outra. -----

----- As Grandes Opções não dão resposta às questões que consideramos essenciais, tais como: a Habitação; o Planeamento e Ordenamento da Território, nomeadamente os diversos Planos de Pormenor há muito adiados; as áreas clandestinas por resolver; as AUGI'S por implementar; a Actividade Económica pouco ou nada acompanhada e sem apoio; o Turismo assente no pouco que existe, realizando-se apenas uma simples feira anual de promoção, sem medidas concretas para captar novos investidores; as Pescas sem qualquer apoio aos que ainda resistem e outras situações que será demasiado exaustivo enumerar. -----

----- O investimento em áreas economicamente rentáveis e sustentáveis social e ambientalmente é inviabilizado pela profusão de planos de ordenamento, pela burocracia que daí resulta e, em face desta situação insustentável, registamos a anuência efectiva do executivo. As referências a este conjunto de preocupações que mexem com milhares de famílias, são parcas ou nenhuma, mas estes são, a nosso ver, uma grande parte dos problemas que afectam (e muito) os cidadãos do nosso concelho e que nestes documentos poderiam e deveriam ter como resposta um conjunto de medidas que fizesse face às dificuldades financeiras. Mais uma vez tudo fica adiado, tal como tem acontecido desde há mais de dez anos. -----

----- **Quanto ao Orçamento proposto para o ano 2011**, tal como as opções feitas e traduzidas no PPI - Plano Plurianual de Investimentos e no PAM - Plano de Actividades Municipal, este é irreal e está sobrevalorizado em muitos milhões de euros na parte da **Receita**.

----- Vejamos: -----

----- Acreditar que é possível vender património e arrecadar mais de dois milhões e meio de euros, é fazer tábua rasa da crise que se vive no nosso País em geral, e em particular no nosso Concelho e é enterrar a cabeça na areia, pois a receita realizada no ano 2010 não deverá ultrapassar as duas centenas de milhares de euros, sendo um exemplo claro das dificuldades que os cidadãos atravessam. -----

----- E muito duvidoso que se vá obter em taxas, multas e outras penalidades mais de quinhentos mil euros, a não ser que os serviços “descubram a sua vocação policial, advogada pelo governo central”; -----

----- Quanto à receita que prevê arrecadar na Venda de Bens e Serviços Correntes, onde se incluem a venda de água e a recolha de esgotos e de lixos, mais de quatro milhões de euros, é o resultado do aumento gravoso das tarifas que vão ser aplicadas no início do ano aos cidadãos, tal como dissemos quando votámos contra esses regulamentos e essas tarifas.-----

----- “A verdade é como o azeite vem sempre ao de cima” e aí está; -----

----- Também não acreditamos que seja possível utilizar no ano de 2011 o valor previsto de mais de cinco milhões e quatrocentos mil euros de empréstimos. -----

----- Dizemo-lo porque os Deputados do PS votaram contra a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, que dava resposta às grandes preocupações dos Municípios e respondia às questões nesta matéria apresentadas pela ANMP.

Os Senhores Deputados do PS limitaram-se a votar a proposta de Lei apresentada pelo Governo, que proíbe que em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010 e a contracção de novos empréstimos de médio e longo prazo está limitada ao valor do rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, exceptuando apenas as situações devidamente fundamentadas, designadamente os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos apoiados pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu — MFEEE no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana em Bairros Críticos. -----

----- Quer tudo isto dizer que foram limitados novos empréstimos a um rateio nacional de todos os municípios, proibiram a utilização dos empréstimos já contratados com as entidades

financeiras, que podem vir exigir encargos suplementares e até penalizar os Municípios, os quais até já estavam visados pelo Tribunal de Contas.-----

----- Será que a gestão socialista vai fechar os olhos e fazer que não vê e não leu o que o Governo impôs? -----

----- **Quanto às Despesas** previstas no Orçamento, o seu total traduz-se na continuação do agravamento das despesas correntes, sendo de realçar o aumento significativo da Aquisição de Bens e Serviços, em que, tal como os documentos demonstram, se prevê gastar no ano de 2011 o valor de sete milhões e oitocentos mil euros. -----

----- Esta previsão confirma o que dizemos há muito tempo: -----

----- A preocupação dos actuais gestores é proceder à aquisição de serviços no exterior e não aproveitar as potencialidades e os recursos existentes, criando postos de trabalho para os jovens e menos jovens do nosso concelho, evitando e combatendo a desertificação e a emigração dos filhos do nosso Concelho.-----

----- Quanto às intenções de investimentos (obras), com este orçamento irreal vamos assistir apenas à conclusão de algumas obras que estão há muito por concluir e cujos prazos já terminaram.-----

----- Vamos assistir durante o ano de 2011 a uma realização residual em obras, quando existem excepcionalmente Fundos Comunitários com comparticipações de 80% a fundo perdido, valores de comparticipação nunca antes atingidos, que permitiriam aos Municípios efectuar muitas obras com um pequeno esforço financeiro próprio.-----

----- Também constatámos que um conjunto de pequenas obras e equipamentos, que vinham com previsões de investimentos exequíveis, viram reduzidos os seus valores e passaram a ter mera inscrição residual.-----

----- Algumas obras bastante propaladas quanto à sua execução, deixaram de o ser, pois neste Plano e Orçamento é claro para nós que se vão acatar as medidas que o Governo quer

impor às Autarquias em várias áreas e que foi apenas adiada a decisão de as aceitar. Referimo-nos concretamente às escolas em algumas sedes de Freguesia (que o Governo quer encerrar no ano 2011), entre outras competências que pertencem à Administração Central, tal como já aconteceu com algumas estradas recebidas pela gestão socialista.-----

----- Consideramos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 em apreciação, a nosso ver, não contêm qualquer inovação, não contemplam qualquer estratégia e contêm verbas inscritas na receita que, em nosso entendimento, violam as disposições aprovadas na Assembleia da República, com os votos a favor do PS, a abstenção do PSD e os votos contra das restantes bancadas parlamentares, já divulgadas, no que se refere ao endividamento municipal.-----

----- O Orçamento resulta de opções conformistas com a crise, que as actuais políticas nacionais permitiram que se instalasse, não contém genes de mudança e esperança em melhores condições de vida para a população do nosso concelho, baseia-se numa argumentação governamentalizada “muda-se tudo para que tudo siga ao sabor da corrente”.-----

----- Pelas razões referidas votamos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2011.-----

----- Odemira, 20 10.12.13 -----

----- Os Vereadores da CDU, -----

----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro, -----

----- a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, -----

----- a)António Manuel Assude Ferreira.” -----

----- Foi apresentada uma Declaração de Voto, pelos eleitos do Partido Socialista, que seguidamente se transcreve: -----

----- **“DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA NA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA -----**

----- **Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011** -----

----- Os eleitos do Partido Socialista VOTAM FAVORAVELMENTE a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Odemira, ano 2011, que corresponde ao segundo ano do mandato autárquico 2009/2013, decorrendo num período de grandes dificuldades e incertezas ao nível do desenvolvimento económico-financeiro de Portugal, da Europa e do Mundo. -----

----- A realidade mostra que o documento proposto à aprovação considera de forma equilibrada e responsável os principais factores a ter em conta neste momento particularmente difícil da nossa história colectiva, designadamente, que;-----

----- - A crise orçamental portuguesa atingiu níveis preocupantes em 2010 e prevê-se um agravamento em 2011, com cortes nas transferências do Estado que se reflectem a todos os níveis e muito particularmente na gestão das Autarquias;-----

----- - Este quadro de referência condiciona significativamente a política municipal, exigindo uma gestão autárquica que saiba fazer bem o equilíbrio entre a realidade actual e a ambição das suas realizações, a sustentabilidade dos investimentos e dos serviços prestados, tendo sempre presente o máximo aproveitamento dos Fundos Comunitários do QREN 2007/2013;-----

----- - A avaliação da execução orçamental do município relativa ao primeiro semestre de 2010 por comparação com igual período de 2009 apresenta uma redução de -4,2% nas Transferências Correntes obtidas e de -29,3% nas Transferências de Capital, o que se traduz em cerca de 900 mil euros a menos na obtenção de receitas próprias e de cobrança e transferência dos impostos. Tendo em conta que no ano de 2009, a receita do município já havia reduzido relativamente a 2008 em 1,6 milhões de euros, podemos concluir que a tendência de queda se manteve em 2010, e que contrariamente ao esperado aquando da elaboração do orçamento de 2010, aumentou o ritmo de decréscimo; -----

----- - Esta expectativa de uma evolução positiva assentou nos indicadores nacionais e internacionais que levaram à elaboração do Orçamento Municipal e do próprio Orçamento do Estado para 2010 que previa então um crescimento das receitas provenientes de transferências dos impostos para as Autarquias, em 5%, decorrentes da aplicação da Lei das Finanças Locais;

----- - Apesar do Orçamento do Estado aprovado o determinar tal não se verificou e a actual conjuntura internacional levou à consequente tomada de medidas pelos estados europeus, tendo o Governo Português implementado o chamado Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC I), posteriormente revisto com a adopção de medidas adicionais (PEC II), com impacte relevante nas receitas municipais;-----

----- - A recente proposta de Orçamento do Estado para 2011 veio confirmar a tendência de redução de receitas municipais provenientes das transferências do estado, traduzida no caso de Odemira num montante superior a 1 milhão e quatrocentos mil euros, correspondente a um corte de 8,6% relativamente aos valores previstos no Orçamento do Estado de 2010;

----- - Desta forma a quebra de receitas é significativa, invertendo a tendência dos últimos anos, pois pela aplicação directa da actual Lei das Finanças Locais a receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado cresceu em 2007, 2008 e 2009 e cresceria anualmente 5% em 2010 e 2011, porém, por aplicação dos PEC II e III a receita não só não cresceu como se vê significativamente reduzida. -----

----- Neste contexto;-----

----- Consideram os eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal que os reflexos destas medidas são inevitáveis, traduzindo-se em Odemira, pela necessária contenção da despesa e redução do deficit na prestação de alguns serviços municipais, medidas que foram implementadas já em 2010 e que terão continuidade em 2011, levando ao adiar de alguns investimentos e à redução de custos em actividades, em parcerias, em diversos protocolos e acordos de colaboração, e com o pessoal, designadamente na redução do número de efectivos

por motivo de reforma e do número de funcionários Contratados a Tempo Certo por atingirem o número máximo de renovações.-----

----- Sublinhamos apesar disso, que não houve qualquer “despedimento”, tendo sido renovados todos os contratos a termo certo até ao limite da sua possibilidade de renovação. -----

----- Para nós, Eleitos do PS na Câmara Municipal, o contexto geral exige um orçamento que responda na exacta medida de gestão da crise económica e social, do aproveitamento dos Fundos Comunitários do QREN, dos novos modelos de parcerias já estabelecidas na gestão dos sistemas ambientais (designadamente na gestão da água e do saneamento em “Alta”) e do Polis do Litoral Sudoeste, bem como das novas solicitações e exigências do dia-a-dia, que exigem cada vez mais, projectos bem elaborados, sustentáveis e com inovação, o que em nosso entender foi conseguido com a presente proposta.-----

----- Congratulamo-nos igualmente que as Grandes opções do Plano promovam com determinação em continuar o processo de crescimento e de desenvolvimento do concelho, procurando seguir no caminho de uma maior participação colectiva, desde logo marcada pelo reforço do trabalho em Parceria com as Pessoas, aprofundando o trabalho de equipa e de solidariedade institucional assente em Parcerias com as entidades públicas (Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Associações de Municípios, Governo, Fundação, Associações, Colectividades, Escolas,...) e as entidades privadas (Associações sem fins lucrativos, Empresas,...), pela realização de investimento e trabalho conjunto de gestão, numa lógica de desenvolvimento integrado.-----

----- Revemo-nos igualmente em que o trabalho que está a ser realizado neste mandato, é um trabalho de fundo que não tem apenas objectivos imediatistas mas sim de resultados que a médio e longo prazo contribuam de forma sustentada para o desenvolvimento do concelho.-----

----- Para o PS o Documento proposto à aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 agora aprovado, é uma proposta que merece o nosso voto

favorável porque é equilibrada, realista, procurando encarar o futuro com optimismo e sentido de responsabilidade, cumprindo por um lado, a lei, e por outro, os interesses do Município e dos munícipes. -----

----- Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente a proposta das **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Odemira.** -----

----- Odemira 13 de Dezembro de 2010, -----

----- Os Eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Odemira, -----

----- a) José Alberto Candeias Guerreiro, -----

----- a) Hélder António Guerreiro, -----

----- a) Sónia Isabel Nobre Correia, -----

----- a) Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso.” -----

----- **1.3. - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO** -----

----- **2.3.1. - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA** -----

----- 1 - **ASSUNTO N.º 0767-2010 - PUBLICAÇÃO DEFINITIVA DO REGULAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO.** -----

----- Foi presente a informação nº 1202, datada de 3 de Dezembro de 2010, proveniente da Divisão de Educação e Cultura, a informar que considerando a publicação do Projecto de Regulamento das Bolsas de Estudo, no Diário da República n.º 163, de 23 de Agosto de 2010, e decorridos os 30 dias úteis para apreciação pública, propõe-se a aprovação definitiva do Regulamento das Bolsas de Estudo e consequente remissão à Assembleia Municipal para aprovação, deliberação e posterior publicação definitiva em Diário da República. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar com os

votos favoráveis dos eleitos pelo Partido Socialista e com os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

----- Foi apresentada uma Declaração de Voto, pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, que seguidamente se transcreve: -----

----- **“DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- **Tal como referimos em 05 de Agosto de 2010, voltamos hoje a afirmar que:** -----

----- “A madrugada de Abril e a Constituição da República Portuguesa apagaram a escuridão em que durante 48 anos o nosso Povo viveu, garantindo a liberdade de aprender e ensinar, cujos princípios de universalidade, igualdade e direitos foram consignados para todos os cidadãos.-----

----- O acesso à Educação é e deve ser uma preocupação do Estado e dos Municípios do nosso País. -----

----- Há mais de duas décadas que a Câmara Municipal de Odemira apoia financeiramente com bolsas de estudo os filhos dos Odemirenses no acesso ao ensino superior, o que com este novo regulamento, pelo contrário, há uma tentativa de limitar este apoio precisamente aos cidadãos mais carenciados. -----

----- Lamentamos que 36 anos após Abril, o novo projecto de Regulamento de Bolsas de Estudo, retire direitos adquiridos e justos aos filhos dos Odemirenses. -----

----- Não concordamos com essa alteração fundamental no acesso à atribuição de bolsa de estudo aos jovens do nosso Concelho, em que aos mais carenciados só é permitido ter acesso às bolsas de estudo municipal se apresentarem um rendimento do agregado familiar mensal per capita igual ou inferior a 300 euros. -----

----- Outras alterações, como a redução do valor da bolsa a atribuir passar para 40% do salário mínimo nacional é outra das nossas discordâncias, pois acentua negativamente o apoio a conceder a quem dele carece. -----

----- Estamos no “Ano internacional de combate à pobreza e exclusão social” que se assinala este ano, em que os incentivos e os apoios aos mais carentes devia ser uma conduta a ser seguida por todas as instituições públicas e privadas, mas no Município de Odemira faz-se precisamente o contrário, acentuando-se a exclusão com esta e outras medidas que têm sido tomadas neste mandato autárquico.-----

----- Por estas razões votamos contra a proposta de Regulamento.-----

----- Odemira, 2010.12.13-----

----- Os Vereadores da CDU,-----

----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro,-----

----- a) António Manuel Assude Ferreira,-----

----- a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas.”-----

----- APROVAÇÃO: - A presente acta foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- Eram dezanove horas do dia treze de Dezembro de dois mil e dez.-----

----- ENCERRAMENTO: - Findos os trabalhos, o Senhor Presidente declarou, nos termos da Lei, encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser devidamente assinada.-----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior a subscrevi.-----



## **ÍNDICE**

<b>I. - ORDEM DO DIA</b> .....	1
<b>1.1. - ORGÃOS DA AUTARQUIA</b> .....	1
<b>1.1.1. - GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA</b> .....	1
<b>1.2. - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL</b> .....	2
<b>1.2.1. - DIVISÃO FINANCEIRA</b> .....	2
<b>1.3. - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</b> .....	13
<b>2.3.1. - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b> .....	13